

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



QUESTÃO SOCIAL E DIVERSIDADE DE GÊNERO: apontamentos para além de uma sociabilidade capitalista

Bárbara Cristina Silva Pereira¹

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre as categorias “questão social” e “diversidade de gênero” na sociabilidade capitalista. Parte-se da premissa que a negação violenta da diversidade de gênero e, com ela, o avanço da trans/travestifobia, se expressam enquanto manifestação da questão social. A partir do método crítico marxista, compreende-se que a defesa pela diversidade de gênero é um entrave ao modo de produção capitalista, uma vez que rompe com pressupostos fundamentais do patriarcalismo, o qual, por sua vez, oferece subsídios ao capital. Assim, a defesa da diversidade humana, de suas capacidades e possibilidades, pressupõe uma sociedade que ultrapasse a lógica e a dinâmica do capital.

Palavras-chave: Questão social. Diversidade de gênero. Sociabilidade capitalista.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to analyze the relationship between the categories “social issue” and “gender diversity” in capitalist sociability. It starts from the premise that the violent denial of gender diversity and, with it, the advance of transphobia, are expressed as a manifestation of the social issue. From the critical marxist method, it is understood that gender diversity is an obstacle to the capitalist mode of production, as it breaks with fundamental assumptions of patriarchy, which offers subsidies to capital. Thus, the defense of human diversity, its capabilities and possibilities, presupposes a society beyond capital.

Keywords: Social issue. Gender diversity. Capitalist sociability.

¹ Mestranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA. E-mail: barbara.silva@discente.ufma.br.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

Os fenômenos que expressam a “questão social” e a “diversidade de gênero”, enquanto categorias sociais e históricas, são complexos, contraditórios e revelam sua relação com a dinâmica do capital. Objetiva-se, neste artigo, compreender a relação entre essas duas categorias e, a partir disso, traçar elementos que vislumbrem a superação da primeira e a garantia da existência plena da segunda. Tal disposição parte da defesa dessa concretização em uma sociabilidade para além da capitalista.

O sentimento de que o capitalismo é a única possibilidade de sistema econômico-político-social existente (ou, ainda, o mais avançado), e, por isso mesmo, impossível de ser superado, atravessa uma concepção de mundo elaborada sistematicamente. Essa “forma de enxergar a vida”, para utilizar termos simples, não existe por acaso. Considerando que é preciso desnaturalizar essa forma de sociedade, questiona-se: o que há por trás da negação violenta da diversidade de gênero, defendida sobretudo, mas não apenas, por seguimentos conservadores?

Parte-se da premissa que a recusa da diversidade de gênero e, com ela, o avanço da trans/travestifobia, se expressam enquanto manifestação da questão social. Aponta-se, pois, neste ensaio, que a defesa pela diversidade de gênero, enquanto um dos pressupostos da diversidade humana² em sua totalidade, torna-se um entrave para aqueles que defendem o modo de produção capitalista, em parte porque rompe com elementos fundamentais do patriarcalismo – o qual oferece subsídios ao capital. Assim, realiza-se uma tentativa de refletir sobre estes aspectos para além do âmbito moral e subjetivo.

Nesse sentido, utiliza-se como método de análise o materialismo histórico-dialético por entender a necessidade de uma abordagem radical sobre o tema, a qual

² Entende-se a materialidade da diversidade humana a partir do processo de ontologização do ser social, isto é, a partir do seu desenvolvimento e complexificação constantes, os quais proporcionam a emergência do indivíduo enquanto gênero humano. Esse processo está atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas e da vida social como um todo, o que requer além de uma práxis social, o verdadeiro reconhecimento das capacidades e possibilidades de cada um. Não se trata, portanto, da “diversidade possível” instaurada nos marcos do capitalismo.



possa “agarrar a coisa pela raiz” (MARX, 2010b, p. 151). Trata-se de uma tentativa de marchar na contramão não apenas de perspectivas reducionistas, mas também fragmentadas.

Inicialmente, realiza-se uma breve discussão sobre a questão social na era da mundialização e reestruturação produtiva do capital, a fim de situar o leitor no tempo ao qual os aspectos estudados serão privilegiados. É nesse contexto peculiar de transformação do capital, e consequentemente das relações sociais, que o debate acerca da diversidade de gênero será, no segundo momento deste artigo, analisado. Por fim, aponta-se algumas considerações gerais sobre o esforço de exposição da temática.

2 A QUESTÃO SOCIAL NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

Toma-se como ponto de partida a concepção de “questão social” como “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2001, p. 10), isto é, como elemento integrado e resultante do processo de acumulação do capital. Essa perspectiva teórica rejeita a autonomização do debate, no qual as expressões da questão social se explicariam em si mesmas, descoladas, portanto, “da existência material das condições de trabalho e [da] forma social pela qual realiza-se” (IAMAMOTO, 2001, p. 12).

Tratar sobre “questão social”³, em tempos contínuos de negação da centralidade do trabalho e avanço do conservadorismo reacionário a nível global, certamente permanece um desafio. Considerando que é impossível analisar a questão social sem adentrar nas contradições do modo de produção capitalista, no mundo do trabalho e nos projetos societários em disputa, torna-se pertinente reforçar,

³ A questão social, emergente no contexto de avanço político da classe trabalhadora, reside na contraditória apropriação privada de uma produção que é, na sociedade capitalista, eminentemente coletiva. Não diz respeito somente às desigualdades econômicas, mas também políticas, sociais e culturais (IAMAMOTO, 2001).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

primeiramente, que “[...] o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 37).

O sistema capitalista, o qual pressupõe “uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho” (MARX, 2017, p. 598), tem sua base estruturada na propriedade privada e na produção de mercadorias, sendo o lucro – alcançado através da exploração de uns pelos outros – fruto da apropriação de trabalho alheio.

Assim, na medida em que cresce a acumulação do capital, aumenta o contingente de uma superpopulação relativa ao trabalho⁴ e conseqüentemente o seu pauperismo. É nesta relação contraditória, própria das relações produtivas do capital, que é possível encontrar a raiz da questão social (IAMAMOTO, 2001).

Nessa direção, não é politicamente neutra a defesa de que o trabalho, ou, ainda, as classes sociais e mais precisamente a classe trabalhadora, perderam relevância no chamado cenário pós-moderno. De acordo com tal tese, fadados – o trabalho e as classes sociais – ao desaparecimento, também se dissolveria o processo de luta de classes e suas possibilidades de transformação da história. Os defensores dessa premissa eternizam a natureza do capitalismo e negam o papel revolucionário do proletariado (PRIEB, 2000).

No entanto, conforme Antunes (2006, p. 160), uma vez que “o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais”, este, além de incrementar o trabalho morto, por meio do maquinário técnico-científico, aumenta “[...] a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido”.

Em outras palavras, o que se observa é, na verdade, uma intensificação da exploração e degradação da força de trabalho, seja através do processo intelectual-informacional e técnico-científico, seja através do crescimento da massa de

⁴ Marx, em *O Capital* (Livro I), explica que ao vender sua força de trabalho no mercado formal, o proletariado encontra-se em situação ativa. No entanto, tal condição é inconstante e sua grande maioria é composta por uma superpopulação relativa, a qual pode ser classificada em flutuante, latente e estagnada (MARX, 2011). Nesse contexto, a superpopulação relativa representa uma necessidade do capital na medida em que esta é fundamental para sua acumulação.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalhadores excedentes – como resultado do aumento da transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Essa realidade, porém, não elimina a teoria do valor-trabalho, visto que é por meio do trabalho, no seu sentido amplo, e da extração da mais-valia, que as bases dessa transformação se assentam.

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda a substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivoas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2006, p. 163).

Não é à toa que tais concepções ganhem força no período neoliberal e na era da mundialização do capital. Afinal, conforme lembra Marx (2017, p. 141), no livro *III d'O Capital*, a produção capitalista não é apenas “uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora de carne e sangue, mas também [uma dissipadora] de nervos e cérebro”. Além de penetrar suas entranhas nas relações de produção, necessita também de máquinas do pensamento.

Não é, pois, suficiente criar apenas novas relações de trabalho, é preciso criar um novo trabalhador. Isso significa dizer um modo único e aparentemente “natural” de pensar, o qual seja fragmentado, egoísta, competitivo e individualista. Essa forma dominante de pensar esconde a centralidade da luta de classes, assim como mascara a exploração a qual a classe trabalhadora é submetida.

Nessa perspectiva, sobre o contexto da mundialização do capital, Chesnais (1996) aponta que este é resultado de dois movimentos distintos: do período relativamente confortável de acumulação capitalista, permitido pelos chamados “30 Anos Gloriosos”; e das políticas de liberalização, privatização e desregulamentação dos direitos conquistados nessa época, especialmente sob o comando dos governos neoliberais de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, na década de 1980.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Mészáros (2011, p. 111) considera que a conformação de um capital “globalizado” representa, na verdade, “[...] o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação”. Em outros termos, uma “tendência que emana da natureza do capital desde o seu início”. Assim, sob o desígnio da mundialização e da reestruturação produtiva, o sistema capitalista, na tentativa de camuflar ou amenizar sua “[...] incapacidade de cumprir suas funções de controle como condição de existência e legitimação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 30), complexifica sua forma de acumulação, modificando, conseqüentemente, nuances das relações sociais de produção.

Nesse contexto sofisticado de transformações no mundo do trabalho, alinhado ao processo de alienação e reificação das suas formas, a questão social ganha novos rumos. Mais do que nunca, as disputas entre projetos societários distintos se acirram e o aspecto moralizante-religioso ganha força novamente.

Assim, as reflexões apontadas até aqui reforçam que não há que se falar em “nova questão social” (NETTO, 2001) ou, ainda, em “fim da era do trabalho”, pois, como observado, as bases que configuram o modo de produção e reprodução do capital continuam as mesmas. Ora, se a luta e as desigualdades entre as classes permanecem não apenas perceptíveis, mas se intensificam, é preciso reconhecer que a questão social continua viva. No entanto, é impossível negar que novas manifestações surjam. Mais do que isso, o modo capitalista de pensar (MARTINS, 1982) é atualizado a fim de acompanhar as reconfigurações e refuncionalizações das formas de opressão na era da mundialização e da reestruturação produtiva capitalistas.

3 DIVERSIDADE DE GÊNERO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: uma ameaça ao modo capitalista-patriarcal de pensar?

PROMOÇÃO



APOIO



A diversidade de gênero⁵, enquanto pauta política e campo de estudo, permite abranger identidades de gênero trans, as quais existem para além do binômio homem e mulher cisgêneros. Para Letícia Nascimento (2021), mulher travesti e professora doutora da UFPI, o termo trans contempla transexuais, mulheres transgêneras, travestis, homens transgêneros e transmasculines e pessoas não binárias. Utilizaremos também, neste ensaio, o termo população T⁶ para fazer menção ao conjunto das pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer.

Posto isso, para melhor relacionar as temáticas propostas nessa discussão, torna-se oportuno analisar a compreensão de Martins (1982, p. 9) sobre o modo de pensar capitalista:

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção das ideias, marca tanto o senso comum como o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais.

Para o autor, essa concepção de mundo inverte o sentido das coisas. Não reflete, por conseguinte, a essência dos fenômenos. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que esconde o que está por trás da realidade, também revela uma

⁵ Cabe destacar que diversidade de gênero e diversidade sexual são aspectos diferentes, ainda que imbricados em lógicas semelhantes de opressão. Diversidade de gênero diz respeito às identidades de gênero dos sujeitos, numa lógica que ultrapasse o determinismo biológico, ao passo que a diversidade sexual está ligada às várias orientações sexuais existentes, para além da normatividade heterossexual.

⁶ Utiliza-se o termo população T para fazer menção às pessoas transgênero, transexuais, travestis e não-binárias. A transgeneridade caracteriza-se quando uma pessoa não se identifica com o gênero que lhe foi designado no momento do nascimento, ou seja, sua identidade de gênero difere daquela imposta. A identidade travesti é uma identidade feminina, com peso político, emaranhada historicamente à luta e à resistência latino-americana. Já a população não-binária refere-se ao conjunto de pessoas que não se identificam unicamente com o gênero feminino ou masculino ou com nenhum deles. Dessa forma, o termo população T, apesar de não ser consenso (assim como qualquer terminologia em disputa), tem sido utilizado por alguns movimentos sociais LGBTI+ e canais midiáticos. É um termo “guarda-chuva” que contribui para a exposição da temática. Sua utilização não pretende, no entanto, se apresentar como a única disponível ou, ainda, esgotar as reflexões por trás do campo discursivo.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

aparência distorcida. É preciso não somente chegar à essência dos fenômenos, como também entender por quais motivos a realidade se apresenta da forma imediata que o faz.

Primeiro, defende-se que a conformação de uma sociedade pautada na *rejeição* violenta da diversidade de gênero se insere em um modo específico de pensar e de produzir, cuja dominação não pertence à classe trabalhadora. Segundo, na sociedade capitalista atual, essa *aversão* não acontece à toa e seus resultados se expressam em violências e violações para diversos sujeitos – explorados, dominados e oprimidos. A negação da diversidade de gênero, e, nesse sentido, da existência da população T, se revela enquanto manifestação da questão social?

Inicialmente, para compreender a relação entre questão social e diversidade de gênero na sociedade capitalista, torna-se essencial perceber que o enfrentamento às variadas formas de opressão ganha ainda mais sentido quando alinhando à luta anticapitalista. Isso porque a maximização dos componentes da exploração capitalista se dá também pelos processos de opressão socioeconômica, incorporados à divisão sexual e racial do trabalho.

Logo, a discussão aqui proposta não pode ser interpretada de maneira isolada, pois suas revelações estão conectadas à estrutura das classes sociais, ao patriarcado e ao racismo, como um verdadeiro *nó* (SAFFIOTI, 1976). Dessa maneira, entende-se que “[...] não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista” (SAFFIOTI, 2004, p. 130). Dito de outra forma, ambas confluem e convergem em um determinado modo de produzir e reproduzir da sociedade.

Sabe-se que o patriarcado⁷, ao exercer controle sobre o corpo, a sexualidade e a subjetividade das mulheres cis e trans, também atinge a população LGBTI+ (CISNE; SANTOS, 2018). Isso ocorre mediante a imposição, rígida e binária, de um único modo de ser feminino e masculino, com destaque para a desvalorização deste

⁷ O patriarcado, conforme Saffioti (1987), não se resume apenas a um regime de dominação, guiado pela ideologia machista, é também um sistema de exploração. Em outras palavras, o patriarcado “[...] inscreve uma estrutura de poder e dominação masculina, subordinando o feminino, e, por extensão, as identidades que irrompem as fronteiras de gênero” (MARINHO; ALMEIDA, 2019, p. 117), ultrapassando o campo político e ideológico e submergindo no plano econômico.

PROMOÇÃO



APOIO





primeiro. Qualquer expressão, própria das diferenças humanas e, portanto, da diversidade de gênero, que caminhe na contramão dessa realidade, é vista como ameaça. Nisso consiste, em partes, o modo capitalista-patriarcal de pensar.

Para Marinho e Almeida (2019), a inferiorização social dos corpos trans e travestis surge como necessidade estrutural do capitalismo contemporâneo. A distribuição da força de trabalho no modo de produção capitalista é essencialmente mediada pelas relações de gênero e de raça, logo,

Sejam esses corpos fortemente explorados pelo signo da produtividade, sejam amontoados na massa da força de trabalho sobrando, na informalidade, ou, invisíveis nas fileiras do exército industrial de reserva (como aqueles que estão na base da *pirâmide social das transdiversidades*), eles conformarão o todo complexo de acumulação e realização de capital (MARINHO; ALMEIDA, 2019, p. 130, grifo dos autores).

Desse modo, ao colocar em xeque a suposta relação direta e inevitável entre gênero e genitália, a população T foge das normas reguladas pelo binarismo de gênero⁸ e enfraquece uma lógica ideológica que oferece subsídios ao capital: o patriarcado.

Nessa linha de pensamento, fica evidente que o processo de acumulação efetivado pela divisão sexual⁹ (e racial) do trabalho é também ameaçado, haja vista que a compreensão da diversidade de gênero não apenas desnaturaliza o que é considerado “feminino” ou “masculino”, mas também impacta na distribuição da força de trabalho. Logo,

[...] as chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, são aceitas em determinadas profissões. Notemos que todas as “transgressões” vão associar-se a profissões também consideradas

⁸ O binarismo de gênero é marcado pela biologização e naturalização da relação entre homem-pênis e mulher-vagina. A cisnormatividade reconhece apenas a existência de pessoas não-trans, invalidando aqueles que ousem se expressar de maneira diferente. Da mesma forma, a heteronormatividade compreende a heterossexualidade como única forma de orientação sexual possível.

⁹ Forma de divisão do trabalho social mediada pela relação desigual de poder entre mulheres e homens, na qual atribui-se às primeiras atividades do âmbito privado ou reprodutivo (tidas como inferiores) e aos últimos atividades concernentes ao espaço público ou de produção (consideradas de maior valor social) (HIRATA; KERGOAT, 2007).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

femininas, socialmente desvalorizadas (CISNE; SANTOS, 2018, p. 66, grifo nosso).

Marinho (2018, p. 607-608) nos ajuda a entender melhor o que se denomina aqui como modo capitalista-patriarcal de pensar ao destacar que as travestis e as mulheres trans, rompendo com as normas de gênero na sociabilidade capitalista, “[...] afrontam a ordem patriarcal ao rejeitarem o papel da dominação-exploração masculina originalmente a elas reservado (quando ao nascer, assignadas como homem)”. Nessa direção, “sem legitimidade social na ordem patriarcal de gênero para esta vivência, são lidas como aquelas que ferem a honra masculina, já que alguém que nasceu com a genitália masculina tem um falo a zelar e não pode estar associado ao que é inferior” (MARINHO, 2018, p. 608).

Da mesma forma, essa “traição” ao “destino patriarcal de gênero”, no caso particular de homens trans e pessoas transmasculinas, se materializa na ousadia transgressora de afirmar que corpos lidos como femininos existam de forma diferente daquela dominante, própria da ideologia patriarcal (MARINHO, 2018). Assim, tais pessoas quebram “[...] as correntes dos binarismos de gênero, mas também afrontam o patriarcado, pois mostram à categoria social homem que não há um único modo de sê-lo, seja anatomicamente, corporalmente e/ou socialmente” (MARINHO, 2018, p. 608).

A negação da diversidade de gênero e, por sua vez, da população T em toda a sua existência, culminam em situações concretas de opressão, expressas por meio da trans/travestifobia. Observa-se isso no fato de a expectativa média de vida de uma pessoa trans no Brasil ser de apenas 35 anos (BENEVIDES, 2022). Tal condição de extrema desigualdade se apresenta enquanto manifestação da questão social na medida em que contribui para a superexploração do trabalho, a banalização da vida e a permanência dos sujeitos em condições marginalizadas, favorecendo seu extermínio (ROCON; SODRÉ; DUARTE, 2018). É de suma importância compreender que tais desigualdades são históricas, inscritas no tempo e espaço, de modo a desnaturalizar as relações de poder construídas social e culturalmente.

PROMOÇÃO



APOIO



Ademais, ainda que não tenha sido a criadora das relações patriarcais, a sociedade capitalista certamente resignificou e fez uso próprio do processo de exploração das mulheres pelos homens. Nesse cenário, elaborou o modo como as pessoas se identificam em relação ao seu gênero, ao mesmo tempo em que restringiu manifestações contrárias às normativas binárias e cisgêneras como forma de manutenção das suas relações de exploração e dominação. Acreditamos que:

Só a articulação das *lutas antiopressivas* [...], contra as desiguais relações de poder, com *as lutas contra a exploração* [...], em torno das relações de produção, conduz a um processo de superação das formas opressivas e de desigualdade particulares, no caminho de superação da ordem social capitalista. Assim, por um lado, ***as lutas antiopressivas precisam ser também lutas anticapitalistas***. Por seu turno, e em idêntico sentido, ***as lutas de classes também precisam incorporar as lutas antiopressivas*** (MONTAÑO, 2021, p. 358, grifos do autor).

Dito isso, ignorar os fundamentos da sociabilidade do capital é relegar os fenômenos observados na realidade concreta à sua aparência. A persistência e inclusive agudização da trans/travestifobia apontam para uma problemática profunda e dinâmica, a qual somente será cessada no movimento de verdadeira emancipação *política e humana*¹⁰. Lembra-se que o processo de desvendar e compreender a realidade concreta exige perceber a diversidade humana não apenas como elemento fundamental da vida dos indivíduos a partir de suas singularidades, mas como categoria histórica e coletiva, capaz de fortalecer o projeto político-emancipatório da classe trabalhadora.

Portanto, compreender que há uma relação entre a estrutura do modo de (re)produção capitalista e a negação da diversidade de gênero significa entender, sobretudo, seu aspecto contraditório. Isso porque a população T, ao mesmo tempo em que representa uma ameaça – dado que sua existência rompe com pressupostos

¹⁰ Para Marx (2010a), a emancipação política diz respeito à redução do homem à sociedade burguesa, à mero cidadão, indivíduo egoísta e pessoa moral. É a emancipação no plano jurídico e político, no campo do Estado capitalista. Por sua vez, a emancipação humana está atrelada à superação da sociedade capitalista e sua forma de Estado; é atingida quando a classe trabalhadora, por meio de suas forças próprias, se reúne novamente com os resultados de sua produção; pressupõe, assim, uma sociedade pautada na eliminação de toda forma de exploração, dominação e opressão.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

das relações patriarcais e fragiliza perspectivas cisheteronormativas –, também permanece como peça importante na lógica de acumulação capitalista enquanto fração de trabalho excedente, mais barata e precarizada. É assim que o modo de produção capitalista “lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população”, utilizando-se da “inferiorização social baseada no gênero [para] compor a atualização da sociedade competitiva” (MARINHO; ALMEIDA, 2019, p. 131).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção social e sua apropriação privada, as quais culminam nas desigualdades evidenciadas pela questão social na cena contemporânea, impedem à classe trabalhadora o usufruto dos resultados gerados pelo desenvolvimento das forças produtivas e da vida social. Como consequência, observa-se a negação de tudo aquilo que é produzido material e espiritualmente. A criatividade humana é abandonada, extirpada, dilacerada, inviabilizada. Tarefa mais que complicada, portanto, falar em diversidade no modo capitalista de viver.

Somente o reconhecimento da diversidade humana e de suas distintas possibilidades e capacidades, enquanto base ontológica do ser social e de sua complexificação na sociedade, poderá, verdadeiramente, garantir a concretização de um corpo social múltiplo e emancipado em suas diferenças. A diversidade de gênero, na sociabilidade capitalista pautada na propriedade privada e na lógica de mercado, desemboca na isonomia formal e nas limitações da emancipação política. Benéficos ao regime do capital, torna-se pouco provável que este supere o patriarcalismo, o binarismo de gênero e a cisheteronormatividade. É necessário, assim, um movimento de reflexão e transformação não apenas das condições materiais de vida, mas de suas formas de concebê-las.

Observou-se que a negação violenta da diversidade de gênero, no âmbito da sociedade capitalista, faz parte de um projeto social, político e econômico que

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



aprisiona os indivíduos em modos de ser e de pensar benéficos à sua própria conservação. Em diversos momentos da história recente, não por acaso, questionamentos acerca da existência das classes sociais e da centralidade do trabalho estiveram atreladas a tentativas de incorporar parcialmente, seja no âmbito político ou social, lutas identitárias.

Tais tentativas, muitas delas válidas, tem demonstrado a impossibilidade de problematizar a reprodução do sexismo, do racismo e da LGBTfobia sem compreender o cerne das relações sociais capitalistas. Mais uma vez, lembra-se que não há que se falar em diversidade humana no mundo dominado pela lógica capitalista.

Salienta-se que a superação do modo de produção capitalista é condição necessária para o fim da questão social, assim como para os vislumbres de uma sociedade verdadeiramente pautada na diversidade de gênero. Compreender a essência dos fenômenos por trás da trans/travestifobia, por exemplo, é apenas um dos primeiros passos no combate a um arsenal ideológico dominante que se reinventa a todo momento a fim de garantir a existência de uma estrutura perversa de exploração.

Não se intentou, nestas breves páginas, oferecer relações simples de causa e consequência entre as categorias analisadas, sobretudo porque as contradições apresentadas, complexas e multifatoriais, não permitem tal simplificação. Tratou-se, isso sim, de evidenciar os pormenores por trás da rejeição à diversidade de gênero na sociabilidade capitalista e como esta relaciona-se à questão social, a fim de que se construa possibilidades reais de enfrentamento à trans/travestifobia. Por fim, enquanto necessidade histórica, é preciso ultrapassar as perspectivas que tratam a diversidade de gênero somente pelo campo da cultura, como se esta estivesse desconectada da luta pela emancipação humana.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** Cortez Editora, 2018.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, ano. 2, n. 3, jan./jul. Brasília: ABEPSS, 2001.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis**, v. 21, p. 602-610, 2018.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/DkGR4J9yWnXpBRwjpBpMd6r/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 4 mai. 2023.

MARINHO, Silvana; ALMEIDA, Guilherme. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/57888>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Boitempo Editorial, 2010b.

MARX, Karl. **O Capital** [Livro I. O processo de produção do capital]. Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital** [Livro III. O processo global da produção capitalista]. Boitempo Editorial, 2017.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **“Identidade” e classe social**: uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Cinco notas à propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, ano. 2, n. 3, jan./jul. Brasília: ABEPSS, 2001.

PRIEB, Sérgio. A tese do fim da centralidade do trabalho: mitos e realidades. **Economia e Desenvolvimento**, nº 12, nov./2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3391/1905>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; DUARTE, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do assistente social no processo transexualizador. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 523-533, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00523.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO

